



INTERNATIONAL CENTRE FOR
TRADE AND SUSTAINABLE
DEVELOPMENT

PONTES

Quinzenal

FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS



DIREITOVG
ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

10 de setembro de 2007

Vol. 2 No. 11

NOTÍCIAS MULTILATERAIS	1
Será esta a última chance da Rodada Doha?	1
Caso dos pneus: União Européia apela da decisão da OMC	3
NOTÍCIAS REGIONAIS	4
Parlamento do Mercosul: avanços normativos, entraves temáticos	4
Terceira Reunião Ministerial do FOCALAE	5
BREVES MULTILATERAIS	6
Organização Mundial da Saúde: plano de incentivo à Pesquisa e Desenvolvimento de produtos farmacêuticos	6
Argentina e China: atritos na relação comercial	7
BREVES REGIONAIS	8
Mercosul: aumento da TEC para calçados, têxteis e confecções	8
Relatório CEPAL: a América Latina precisa de maior integração	9
EVENTOS	9
Fóruns Multilaterais	9
Fóruns Regionais	10
INFORMAÇÕES ÚTEIS	11

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

Será esta a última chance da Rodada Doha?

Após um longo mês de férias, diplomatas comerciais de todo o mundo voltaram às mesas de negociação com o objetivo de chegar a um acordo na Rodada Doha de negociações multilaterais de comércio. As perspectivas de um acordo, entretanto, não são claras. Ainda são vastas as lacunas em relação a cortes tarifários e de subsídios e a atmosfera política de Washington não é a mais favorável.

Entretanto, o presidente das negociações em agricultura – o Embaixador da Nova Zelândia, Crawford Falconer – pareceu satisfeito com o primeiro dia de reuniões. No dia 3 de setembro afirmou a jornalistas que todos os representantes comerciais estão dispostos a trabalhar duro para chegarem a um acordo, em clara referência às três semanas de intensas discussões sobre a profundidade dos cortes de tarifas agrícolas e subsídios.

As negociações em matéria de tarifas industriais, que se mostraram ainda mais controversas no primeiro semestre, devem ter início nesta semana.

Em relação a acesso a mercado de bens agrícolas e não-agrícolas (NAMA), as negociações terão como base os termos para um potencial acordo identificados em meados de julho pelos presidentes dos respectivos comitês de negociação.

O esboço sobre agricultura de Crawford Falconer foi recebido com indiferença pelos Membros, apesar de bastante criticado. Os termos do compromisso delineados por sua contraparte nas negociações em NAMA, o Embaixador canadense Don Stephenson, geraram reações ainda mais polarizadas. O grupo NAMA-11, que inclui Brasil, Índia e África do Sul, alegou que o texto exigia demais dos países em desenvolvimento (PEDs). Argentina e Venezuela referiram-se ao texto como uma base inaceitável para futuras negociações.

PONTES Quinzenal também está disponível [online](#) e é atualizado a cada duas semanas.

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do **Pontes Quinzenal**, envie uma mensagem para pontes@ictsd.ch. No título do e-mail escreva "inscrição" e, no corpo do texto, indique seus dados (nome completo e profissão) e como conheceu o periódico.

Os Estados Unidos da América (EUA) e a União Européia (UE), por sua vez, defenderam o argumento precisamente oposto: de que os PEDs deveriam cortar ainda mais suas tarifas industriais. Na semana passada, a representante de comércio dos EUA, Susan Schwab, alertou que a recusa em negociar com base no texto de Don Stephenson pode atravancar fortemente as negociações de Doha.

Os presidentes dos dois comitês de negociação alertaram os representantes dos governos de que não será possível chegar a um acordo se os posicionamentos tradicionais não forem revistos. Crawford Falconer encorajou os delegados a discutir algo diferente e novo, ou seja, algo efetivamente modificado.

O Embaixador neozelandês afirmou que pretende realizar consultas com cerca de 30 delegações durante três semanas. Inicialmente, tais consultas seriam focadas em acesso a mercados para países industrializados e, em um segundo momento, para PEDs. O esboço de Crawford Falconer apresenta alguns parâmetros sobre uma série de temas relacionados a acesso a mercados específicos para PEDs, como: (i) produtos especiais passíveis de proteção da forte redução tarifária; (ii) o mecanismo especial de salvaguarda; e (iii) temas ligados a produtos tropicais e à erosão de preferências. Grupos importantes de PEDs, como o G-20 e o G-33, pediram mais clareza quanto à maneira de abordagem desses temas.

Uma reunião sobre transparência foi marcada para o dia 14 de setembro para todas as delegações. Crawford Falconer não disse quando apresentará seu texto revisado aos delegados, mas, deu a entender que meados de outubro pode ser uma possível data.

O curso das negociações em NAMA, entretanto, ainda encontra-se obscuro. Alguns negociadores sediados nas capitais dos Membros devem chegar a Genebra na próxima semana para discutir como proceder face às divergências em relação ao texto de Don Stephenson. Um dos delegados declarou que as imensas lacunas entre as posições dos membros parecem não permitir um acordo.

APEC pede avanços

Apesar da ineficácia de declarações similares no passado, a retomada das negociações levou os líderes políticos a emitir uma nova rodada de exortações por avanços. Espera-se que a reunião dos líderes do Pacífico, na Conferência do Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC, sigla em inglês), em Sidnei, Austrália, concluída na semana passada gere

uma declaração conjunta que expresse “grande preocupação” com a falta de avanços na Rodada Doha e inste os Membros a trabalharem rumo à fase final.

O presidente dos EUA, George W. Bush, afirmou aos representantes empresariais da APEC que o país será flexível quando o sucesso da Rodada estiver em jogo.

No início desta semana, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, expressou sua convicção de que as negociações serão concluídas com sucesso. O Sub-Secretário para Assuntos Econômicos e Tecnológicos do Itamaraty, Roberto Azevedo, afirmou recentemente que o Brasil está pronto para fazer os ajustes necessários ao setor industrial, desde que consiga garantir mais reformas agrícolas em setembro.

Uma visão menos animadora partiu da Ministra francesa da Economia, Finanças e Emprego, Christine Lagarde. Para ela, as divergências entre os Membros é tão grande que pode inviabilizar um acordo.

Os subsídios agrícolas dos EUA ainda são uma das principais razões de discórdia. O país foi severamente criticado pelos PEDs por recusar-se a limitar os subsídios aos US\$ 11 bilhões gastos no ano passado – sua oferta formal foi de um teto de US\$ 22.5 bilhões, dos quais US\$ 17 bilhões seriam distribuídos informalmente. O texto de Crawford Falconer sugeria a diminuição desse valor para um número que girasse em torno de US\$ 13 bilhões e US\$ 16.4 bilhões.

Em entrevista concedida à BBC no dia 4 de setembro, o Comissário de Comércio da UE, Peter Mandelson, afirmou que a chave para destravar as negociações é uma nova oferta de subsídios agrícolas por parte dos EUA, embora outros atores – o que inclui a UE – também precisarem fazer concessões. Ele acredita que os EUA devem lançar uma oferta dentro da faixa sugerida pelo texto de Crawford Falconer, para que não haja um colapso total das negociações. Ele também alerta que se não houver algum tipo de inovação neste outono, a Rodada pode estar condenada ao fracasso.

Os negociadores em Genebra não estão otimistas quanto aos sinais de Washington. Em julho, o Congresso estadunidense votou para que as práticas de subsídio agrícola continuem e sejam expandidas em grande medida nos próximos cinco anos. Os democratas recuaram em seus planos de reforma, numa tentativa de garantir o frágil apoio do eleitorado rural recentemente conquistado. Esta lei ainda enfrentará a revisão do Senado, mas a votação indica que a reforma na política de subsídios terá que esperar.

Ademais, a péssima popularidade da administração republicana de Bush significa que o Congresso – controlado pelos democratas – pode não garantir sua ‘*Trade Promotion Authority*’ (TPA), mesmo se houver indícios de um acordo na Rodada Doha. A candidata à Presidência dos EUA, Hillary Rodham Clinton (Nova York), declarou que irá opor-se à TPA enquanto Bush estiver na Casa Branca. Diplomatas do comércio de inúmeros países torcem pela renovação da TPA, pois, ela garante que o Congresso estadunidense vote o acordo da Rodada Doha como um todo, e não consiga analisá-lo em partes separadas.

De modo geral, os delegados concordam que a Rodada Doha precisa ser concluída no início de 2008, ou enfrentará um longo período de hibernação, já que as eleições nos EUA e na Índia restringem ainda mais as possibilidades de ação dos negociadores. A Argentina também passará por eleições presidenciais em outubro deste ano.

Tradução e adaptação de artigo publicado originalmente em *BRIDGES Weekly Trade News Digest* - Vol. 11, No. 29, 5 set. 2007

Caso dos pneus: União Européia apela da decisão da OMC

A União Européia (UE) apelou formalmente da decisão da OMC que condenou as restrições impostas pelo Brasil à importação de pneus recauchutados. Ao contestar decisão que a declara vitoriosa, a UE toma uma atitude incomum.

Bruxelas queixa-se de que o painel negligenciou os fatos reais e foi contra a normativa da OMC, o que tornou a decisão de implementação inaceitavelmente fácil para Brasília (ver Pontes Bimestral, v. 3, n. 4, agosto, 2007).

Ao longo da disputa, a UE argumentou que as medidas brasileiras restritivas à importação teriam sido motivadas pelo desejo de proteger os produtores locais de pneus da competição estrangeira, e não para alcançar reais objetivos de saúde pública, conforme defesa do Brasil. O painel concluiu que apesar das limitações serem teoricamente justificáveis por salvaguardar a saúde e o meio ambiente, o Brasil aplicou-as de tal forma que as mesmas resultaram em restrições comerciais discriminatórias.

Ao anunciar a apelação em 3 de setembro, a UE aplaudiu o reconhecimento do painel de que as restrições brasileiras eram contrárias às regras da OMC, mas discordou da pequena condenação imposta ao Brasil. A UE acredita que é possível que o Brasil

implemente a decisão apenas com a suspensão da importação de pneus usados, sem que haja a necessidade de suspender a proibição de importação de pneus recauchutados.

O painel aceitou a alegação brasileira de que o volume total de pneus usados ultrapassava a capacidade do país de dar um destino ambientalmente sustentável a tais detritos. Para o Brasil, as restrições de importação e multas relacionadas eram necessárias para que o país pudesse alcançar objetivos de saúde pública, conforme permitido pelo art. XX (b) do GATT.

De acordo com a decisão do painel, o Brasil errou no modo como implementou as medidas restritivas à importação de pneus. O *caput* do art. XX (b) do GATT determina que as restrições comerciais por ele permitidas não devem ser impostas de modo a constituir discriminação arbitrária ou mascarada ao comércio internacional.

A principal motivação da conclusão do painel foi o fato da indústria brasileira de pneus reformados ter importado grandes quantidades de pneus usados (proibidos) entre 2000 e 2005, período no qual o judiciário brasileiro emitiu inúmeras liminares que autorizavam a importação.

Em junho, representantes do governo brasileiro mostraram-se felizes com a decisão da OMC, principalmente pelo fato do painel reconhecer a necessidade de restrições comerciais frente a motivos ambientais e de saúde pública. Na época, especialistas em comércio internacional ficaram surpresos com o fato do painel ter reconhecido os argumentos de Brasília, o que permitiria a manutenção de muitas das limitações, desde que realizadas pequenas modificações.

Alguns especialistas acreditam que o Brasil planeja tornar as restrições de importação a pneus reformados em Lei Federal. Esta medida colocaria um fim às liminares condenadas pelo painel, mas não eliminaria as restrições às quais a UE é contrária.

Bruxelas: restrições à importação de pneus reformados não reduz a quantidade de detritos

A UE alega que a condenação do painel foi muito “leve” com o Brasil. De acordo com Bruxelas, as restrições impostas à importação de pneus usados não reduz os detritos, particularmente em um país como o Brasil, onde os pneus usados nacionais não são recauchutados. Para a UE, o painel errou ao concluir que as restrições impostas pelo Brasil reduziram riscos à saúde pública e ao meio ambiente.

A UE também criticou o painel por ter não ter considerado medidas alternativas que poderiam ser úteis à saúde pública e ao meio ambiente brasileiros de modo mais eficiente.

No que se refere à decisão do painel de não abordar o fato do Brasil ter excluído seus parceiros do Mercosul das restrições à importação de pneus, a UE qualifica-a como “claramente discriminatória” ao afirmar que tal discriminação não faz sentido do ponto de vista da proteção da saúde pública e do meio ambiente. O Brasil argumentou que tal exceção foi necessária face às obrigações regionais do bloco. O painel afirmou que o volume de pneus importados por esses países não era significativo.

Por ter sido a primeira disputa da OMC na qual estiveram em jogo restrições comerciais impostas por um país em desenvolvimento por motivos de saúde pública e meio ambiente, o caso dos pneus foi foco da atenção de muitos grupos ambientalistas. Assim, ao criticar a interpretação do painel do Artigo XX (b) do GATT, a UE fez questão de afirmar que é favorável à proteção do meio ambiente e da saúde pública.

Bruxelas ressalta que sua apelação busca defender não apenas seus interesses comerciais, mas também o interesse geral de que as regras da OMC sejam aplicadas de forma a assegurar proteção real e efetiva da saúde pública e do meio ambiente, e não legitimar protecionismos.

A apelação, proposta em 3 de setembro, deve durar 90 dias. O documento (WT/DS332/9) encontra-se disponível em: <<http://docsonline.wto.org/>>.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *BRIDGES Weekly Trade News Digest* Vol. 11, No. 29, 5 set. 2007

NOTÍCIAS REGIONAIS

Parlamento do Mercosul: avanços normativos, entaves temáticos

Ao criar as instituições que comporiam o Mercosul em 1994, o Protocolo de Ouro Preto instituiu a Comissão Parlamentar Conjunta (CPC), órgão representativo dos Parlamentos dos Estados membros do bloco regional. Sua atribuição principal era “acelerar os procedimentos internos correspondentes nos Estados Partes para a pronta entrada em vigor das normas emanadas dos

órgãos do Mercosul” (artigo 25 do Protocolo de Ouro Preto).

A idéia de substituir a CPC pelo Parlamento do Mercosul foi apresentada pelo governo brasileiro em junho de 2003, durante Cúpula realizada no Paraguai, ocasião na qual foi defendida a necessidade de uma “integração mais absoluta”. O presidente brasileiro, entretanto, não chegou a expor delineamentos mais precisos de sua proposta, o que gerou divergências entre os membros do bloco. Paraguai e Uruguai foram os países que mais se mostraram contrários à idéia, pois acreditavam que o crescente número de contenciosos dentro do bloco exigiria um órgão de solução de controvérsias, e não um Parlamento, visto como *excesso de bagagem*.

Após longo e conturbado debate técnico e muitas barganhas, os quatro membros aceitaram a idéia do Parlasur, como ficou conhecido o Parlamento. Inicialmente pensado como ponte entre os representantes dos Estados membros e a sociedade civil, o Parlamento do Mercosul já possui sede, esqueleto normativo e comissões instituídas. Nos últimos dias 3 e 4 de setembro, o Parlamento finalmente avançou em direção à sua V Sessão. Nas primeiras sessões, as delegações dos quatro países membros, mais a Venezuela, dedicaram-se à análise dos aspectos normativos, como a eleição da mesa diretora, a aprovação do regimento, definição das comissões e de seus membros.

Decisões unânimes de um lado...

Em relação à dinâmica de trabalho, o lento processo de substituição da CPC pelo Parlasur não parece repetir-se, ao menos na fase presente. Quatro meses após sua sessão inaugural, o Parlasur já conta com regimento interno e dez comissões permanentes.

Nos dias 6 e 7 de agosto de 2007, Montevidéu sediou a IV Sessão, na qual foi aprovado o regimento interno e foram definidas as Comissões Permanentes, assim denominadas: Assuntos Jurídicos e Institucionais; Assuntos Econômicos, Financeiros, Comerciais, Fiscais e Monetários; Assuntos Internacionais, Inter-regionais e de Planejamento Estratégico; Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esporte; Trabalho, Políticas de Emprego, Previdência Social e Economia Social; Desenvolvimento Regional Sustentável, Ordenamento Territorial, Moradia, Saúde, Meio-Ambiente e Turismo; Cidadania e Direitos Humanos; Assuntos Interiores, Segurança e Defesa; Infra-estrutura, Transportes, Recursos Energéticos, Agricultura, Pecuária e Pesca; e Orçamento e Assuntos Internos.

Cada um dos quatro membros plenos – Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai – deverá presidir duas comissões em regime permanente. Também foi estabelecida a Comissão Especial sobre Febre Aftosa, cujo objetivo é acompanhar mais detalhadamente esse tema corrente para o bloco.

Ficou definido que as Comissões podem promover reuniões públicas sobre questões ligadas ao bloco regional. Em conformidade com um dos principais objetivos do Parlasur – notadamente, o reforço da participação cidadã no processo de integração por meio de maior interação entre instâncias executivas do bloco e a sociedade civil – ressaltou-se que tais reuniões públicas podem contar com a presença de representantes da sociedade civil, de setores produtivos, de ONGs e de movimentos sociais. Nesse embalo, já na V Sessão, realizada na primeira semana de setembro, os parlamentares brasileiros decidiram convidar o Ministro da Educação, Fernando Haddad, para debater o tema “educação” no Mercosul. Jorge Samek, presidente da binacional Itaipu, foi convidado a abordar as relações diplomáticas entre Brasil e Paraguai.

Por fim, a V Sessão nomeou os presidentes e vice-presidentes das dez comissões acima listadas. A Sessão também aprovou por unanimidade um orçamento de US\$ 1 milhão para o funcionamento do Parlasur em 2008 – coube a cada um dos quatro Estados membros uma cota de US\$ 250 mil. Caso a adesão da Venezuela ao Bloco seja aprovada, ela deve contribuir com o mesmo valor. Com esses recursos, prevê-se a contratação de 32 funcionários para o parlamento em 2008.

... controvérsias de outro

Foi durante fase de discussão do conteúdo de debate das comissões que começaram a surgir divergências entre os membros. A primeira tensão surgiu no momento em que se rechaçou a inclusão do tema “liberdade de expressão” na Venezuela na ordem do dia do Parlamento. Apresentada pelo legislador uruguaio Pablo Iturralde, a moção foi fundamentada pelo fato da falta de liberdade de expressão naquele país conflitar com um dos pilares democráticos sobre o qual se estrutura o Parlamento. A proposta foi considerada “fora de contexto” pelo representante venezuelano Alfredo Murga, que afirmou ser esta uma questão de ordem interna da Venezuela. A moção foi rechaçada.

Outro tema que gerou muitas intervenções foi o conflito entre Uruguai e Argentina sobre a instalação de uma fábrica de celulose da empresa finlandesa *Botnia* às margens de um rio fronteiro – conflito que ficou conhecido como a “crise das papeleras” (ver Pontes

Quinzenal, vol. 1, n. 19, 01 nov. 2006). A questão foi levantada pelo deputado uruguaio Germán Cardoso, que desejava inseri-la na pauta de discussão do Parlamento. A proposta não conseguiu os 31 votos necessários para sua aprovação. A fim de acalmar os ânimos, o vice-presidente do Parlamento, o deputado brasileiro Dr. Rosinha, sugeriu que o tema fosse debatido inicialmente nas comissões de Meio-Ambiente e de Infra-Estrutura, para que, após a confecção dos relatórios das respectivas comissões, fosse então levado a Plenário.

Se a estrutura normativa do Parlamento parece caminhar rapidamente, é nos debates no âmbito das comissões permanentes que se verifica maior concentração de divergências entre os membros do Parlamento. Resta observar com atenção as próximas sessões do Parlasur, para que seja possível avaliar a real efetividade do órgão como tentativa de amadurecimento institucional do bloco regional.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

Protocolo de Ouro Preto (1994). Disponível em: <http://www.sice.oas.org/trade/mrcsrp/ourop/ourop_p.a.sp>. Acesso em: 06 set. 2007.

Atas das I-IV reuniões do Parlamento do Mercosul. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/internet/comissoes/cpcms/parlamento.html/sesoes/indice-atas-do-parlamento-do-mercosul>>. Acesso em: 06 set. 2007.

Parlamento do Mercosul. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/comissoes/cpcms/parlamento-ntomercosul.html>>. Acesso em: 06 set. 2007.

Jornal do Senado. Mercosul define agenda de comissões. 03 set. 2007. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/JORNAL/noticiaLink.asp?codNoticia=61975>>. Acesso em: 04 set. 2007.

Jornal da Câmara. 04 set. 2007. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/jornal/jc20070904.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2007.

Terceira Reunião Ministerial do FOCALAE

Nos últimos dias 22 e 23 de agosto, os ministros das relações exteriores e outros representantes de 33 países que formam o Foro de Cooperação América Latina - Ásia do Leste (FOCALAE) reuniram-se em Brasília para fortalecer os laços que unem duas regiões tão heterogêneas e dar as boas-vindas à República Dominicana, novo Membro do Foro. Esta terceira

reunião ministerial culminou com uma Declaração conjunta adotada por unanimidade. O documento formalizou uma série de reflexões a respeito dos problemas mundiais e o entusiasmo dos países para solucioná-los.

A Declaração manifesta, inicialmente, a preocupação do Foro com problemas como: o aumento da disparidade existente entre a renda dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento (PEDs); a pobreza e a fome crescentes; as dificuldades de certos países em solucionar adequadamente suas necessidades energéticas; questões ambientais como mudança climática, a perda de biodiversidade e os padrões insustentáveis de consumo e produção cujos efeitos são especialmente adversos ao desenvolvimento sustentável; e as dificuldades de muitas comunidades de sobrevivência básica.

Apesar da Declaração reconhecer ampla e quase apocalipticamente os problemas mundiais, ela propõe muito pouco em termos de solução conjunta.

Em relação ao comércio internacional, os participantes do Foro concordam em advogar pela conclusão da Rodada Doha de modo oportuno e equilibrado.

Quanto ao comércio e aos investimentos entre membros, prioridade será dada à cooperação em ambos os temas. Os participantes do Foro estão convencidos de que a cooperação é meio poderoso para promover o desenvolvimento, a prosperidade e a inclusão social dos povos, bem como para estreitar as relações entre as regiões. A Declaração não detalhou, entretanto, as medidas necessárias para tal.

Um esforço no sentido de desenvolver tais medidas teria sido interessante, especialmente pelo fato da América Latina exportar, majoritariamente, bens primários e recursos naturais aos países asiáticos, produtos caracterizados por elevados impostos. Os produtos importados, por outro lado, relacionam-se a tecnologias de informação e comunicação, cujos impostos foram notavelmente reduzidos nos últimos anos, conforme revelou recente estudo da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL). A CEPAL advoga por uma diversificação nos rumos exportadores da América Latina para o continente asiático, bem como pela maior presença de investimento, tanto da Ásia para a América Latina quanto vice-versa. Existem numerosos acordos de liberalização comercial entre países asiáticos que se encontram em processo de aprovação até 2015, fato que, segundo a CEPAL, poderia causar um desvio de comércio que prejudicaria as exportações da América Latina e do Caribe.

Os países integrantes do FOCOLAE pelo lado do Pacífico são: Austrália, Birmânia, Brunei, Cambodia, China, Filipinas, Indonésia, Japão, Laos, Malásia, Nova Zelândia, Coréia do Sul, Cingapura, Tailândia e Vietnã. Por parte da América Latina, os países são: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Puentes Quincenal*, Vol. IV No. 15, 4 set. 2007

BREVES MULTILATERAIS

Organização Mundial da Saúde: plano de incentivo à Pesquisa e Desenvolvimento de produtos farmacêuticos

A Organização Mundial da Saúde (OMS) lançou a versão atualizada de um plano de incentivo à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) que possibilita maior acesso aos tratamentos de doenças que afetam majoritariamente os países em desenvolvimento (PEDs) e aqueles de menor desenvolvimento relativo (PMDRs), as chamadas doenças negligenciadas.

Finalizado em 31 de julho, o documento de quarenta e uma páginas apresenta várias sugestões sobre como identificar necessidades de pesquisa, impulsionar o desenvolvimento farmacêutico e a capacidade de inovação e melhorar o acesso a medicamentos. Estas sugestões têm como base um texto elaborado na última reunião do Grupo de Trabalho Intergovernamental da OMS (*ICWG*, sigla em inglês) sobre Saúde Pública, Inovação e Propriedade Intelectual, assim como em comentários apresentados por 22 países e grupos regionais.

Embora alguns críticos tenham considerado o novo esboço vago, representantes da OMS defenderam a decisão da Organização de incluir - ao invés de descartar - um grande número de propostas, a fim de produzir um plano de ação mais focado. Howard Zucker, assistente do Diretor-Geral da OMS, afirmou que o documento buscou contemplar interesses diversos no que tange ao avanço da P&D para doenças negligenciadas.

Ativistas afirmam que somente uma pequena porção dos gastos globais com pesquisas em medicamentos concentra-se em problemas enfrentados

predominantemente por PEDs e PMDRs, ainda que estes respondam por grande parte das doenças evitáveis.

Em entrevista concedida ao *Intellectual Property Watch*, Ellen 't Hoen, da organização não-governamental Médicos Sem Fronteiras, afirmou que o texto produzido pela OMS carece de uma direção clara e peca por não alocar responsabilidades. Ela reconhece, no entanto, o esforço da Organização de incluir novas propostas.

Principais aspectos do novo texto

Assim como sua versão anterior, o plano de ação revisado estrutura-se sobre oito principais temas: a) priorização das necessidades de P&D; b) promoção de P&D; c) aumento e melhoria da capacidade de inovação; d) transferência de tecnologia; e) gerenciamento da propriedade intelectual; f) melhoria da distribuição e acesso a medicamentos; g) garantia de mecanismos de financiamento sustentáveis; e finalmente, h) estabelecimento de sistemas de monitoramento e prestação de contas. O novo texto simplifica sua versão anterior e incorpora diversas – ainda que não todas – sugestões apresentadas pelos governos. O plano é apresentado em forma de tabela e associa ações específicas às partes interessadas, bem como prazos e indicadores de progresso.

O texto também propõe que haja maior foco em 14 doenças específicas, dentre as quais destacam-se diabetes, doenças cardiovasculares, câncer, AIDS, tuberculose, doença de Chagas, dengue, leishmaniose e malária. O plano, entretanto, não foi capaz de fazer sugestões concretas sobre como alcançar as diversas prioridades estabelecidas. Também faltaram maiores detalhes sobre o financiamento de tais ações.

Guilherme Patriota, Conselheiro da Missão do Brasil em Genebra, afirmou não estar completamente insatisfeito com o documento e chamou-o de “um bom começo”. Ele observou que o texto aborda questões importantes, como o uso de flexibilidades presentes na Declaração de Doha de 2001 sobre TRIPS e Saúde Pública, bem como o estudo de novos modelos de inovação.

Diversos representantes governamentais relutaram em comentar o texto, já que em breve entrarão em negociação sobre o tema. Consultas regionais estão agendadas para setembro e a segunda reunião do IGWG deve ocorrer de 5 a 10 de novembro deste ano.

A princípio, o plano final de ação estará pronto para adoção dos membros na reunião da Assembléia Mundial de Saúde, que ocorre em maio de 2008,

embora membros como Bolívia e Bangladesh tenham recomendado extensão de um ano. Howard Zucker antecipa que a discussão de novembro certamente será bastante vívida.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *BRIDGES Weekly Trade News Digest* Vol. 11, No. 29, 5 set. 2007.

Argentina e China: atritos na relação comercial

A relação comercial entre Argentina e China começa a gerar atritos. No dia 27 de agosto, o governo chinês impôs controles fitossanitários adicionais a três carregamentos de soja argentinos. As inspeções chinesas foram uma forma de represália à Argentina por uma série de medidas alfandegárias que essa havia adotado para alguns produtos procedentes da China.

Em 17 de agosto, o governo argentino decidiu exigir licenças não automáticas para produtos de couro e calçados chineses e determinou a aplicação de medidas de segurança e controle sobre as importações de pneumáticos e calotas provenientes deste mesmo país. A Argentina determinou, ainda, que outros produtos – também provenientes da China – deveriam passar por fronteiras específicas controladas por pessoal especializado. Entre estes produtos encontram-se: relógios, bicicletas, ferramentas e equipamentos de informática. Por fim, no dia 22 de agosto a Argentina adotou uma lista com 5.000 preços de referência. De acordo com a lista, produtos sub-faturados devem agora pagar impostos de importação adicionais.

O governo chinês alega não compreender nem aceitar a súbita atitude argentina de adotar medidas comerciais restritivas sem notificação prévia alguma e invoca, assim, seu direito de tomar as medidas necessárias. O Diretor Geral de Fronteiras da Argentina, Ricardo Echegaray, afirma que seu governo apenas adotou medidas de controle e que em maio deste ano a Argentina havia solicitado a colaboração chinesa para combater a sub-faturação de mercadorias. Ainda segundo Ricardo Echegaray, o governo da China havia respondido que o pedido argentino não interessava a Pequim e que a China não concederia mais informações. Este foi o motivo que, de acordo com Echegaray, motivou a Argentina a obrigar os importadores a validar as faturas nos consulados quando os produtos fossem importados por valores mais baixos que os estabelecidos na lista de referência.

As “medidas necessárias” aplicadas pelo governo chinês, entretanto, não eram esperadas pela Argentina. No dia 27 de agosto, três navios de carga com 150 mil toneladas de soja argentina sofreram controles fitossanitários adicionais inesperados, algo que aparentemente não ocorria desde 2004. Especialistas acreditam que, ainda que não seja provável que os carregamentos de soja sejam completamente detidos, o governo chinês poderia passar a ser mais meticuloso e aplicar outras medidas como as que acaba de tomar. Vale lembrar que já existem antecedentes deste tipo de represália chinesa aplicadas aos Estados Unidos da América (EUA) e à Indonésia, por exemplo).

Muitas são as especulações sobre o motivo da aplicação das medidas argentinas. Até agora o único dado concreto é que a balança comercial entre os dois países aproxima-se do equilíbrio. Durante muitos anos, a balança foi positiva para a Argentina, que acredita que ao final de 2007 terá um *déficit* em sua balança comercial. O comércio entre os dois países em 2006 alcançou os US\$ 6.630 milhões. Durante o primeiro semestre de 2007 as exportações argentinas subiram para US\$ 2.548 milhões, dos quais US\$ 1.122 milhões correspondem a *commodities*. No mesmo período, as exportações chinesas alcançaram US\$ 1.998 milhões.

Funcionários do governo argentino sustentam que substituir o mercado chinês levaria mais de um ano. A soja seria o produto mais prejudicado diante de uma restrição total de importações por parte da China. EUA e Brasil são os dois principais produtores de soja do mundo.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Puentes Quincenal*, Vol. IV, No. 15, 4 set. 2007.

BREVES REGIONAIS

Mercosul: aumento da TEC para calçados, têxteis e confecções

Durante reunião do Grupo Mercado Comum (GMC) ocorrida entre os dias 19 a 21 de junho deste ano, o Brasil apresentou ao Mercosul uma proposta de alteração da Tarifa Externa Comum (TEC) aplicada pelo bloco a importações de calçados, tecidos e confecções. A proposta pretendia aumentar a TEC para calçados e confecções de 20% para 35% e, para têxteis de 18% para 26%.

A aprovação do pedido brasileiro dependia da manifestação favorável de todos os países do bloco, o que não ocorreu na ocasião. Desde então, o Brasil negociava a aprovação da proposta com os outros países membros do Mercosul. O argumento brasileiro para proceder ao aumento das tarifas aplicáveis às importações provenientes de países de fora do bloco é a proteção aos produtos do Mercosul contra os competitivos produtos chineses nos referidos setores.

Aprovação da proposta

No final de agosto, o Paraguai – único país que ainda não havia manifestado-se em relação à proposta brasileira – declarou seu apoio. Em recente encontro com o Ministro brasileiro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o Ministro da Indústria e Comércio do Paraguai anunciou que seu país concorda com a elevação da TEC para calçados e confecções. No entanto, reserva-se o direito de ainda não elevar a TEC para tecidos. O Uruguai também não deve elevar as tarifas para tecidos imediatamente.

Paraguai e Uruguai alegam que seus mercados internos ainda são insuficientes para suprir as necessidades da indústria local de bens acabados que utilizam os tecidos como matéria prima para sua produção. Dessa forma, um aumento da tarifa de importação de têxteis resultaria em prejudicial elevação de custos de produção para outros setores.

Processo decisório no Mercosul

Findas as negociações entre os membros do bloco e obtido o consenso, a proposta brasileira deverá passar pela aprovação oficial do bloco durante reunião da Comissão de Comércio do Mercosul (CCM). Nesta ocasião os representantes dos países membros deverão assinar uma diretiva que declara aprovada a elevação da TEC para os produtos selecionados. Após aprovação da CCM, o pedido será levado ao GMC, que publicará uma Resolução na qual confirma a elevação da TEC e estabelece as datas de vigência das alterações.

A última reunião da CCM ocorreu entre os dias 4 a 6 de setembro, porém não houve qualquer decisão sobre o assunto. Espera-se que o aumento da TEC seja aprovado na próxima reunião da comissão prevista para os dias 2 a 4 de outubro.

No Brasil, a incorporação das resoluções do GMC que alteram a TEC é efetuada por resoluções da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX).

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

Mercosul. LXVIII Reunião Ordinária do Grupo Mercado Comum. Ata de reunião. Disponível em: <[http://www.mercosur.int/msweb/SM/Actas%20TEMPO RARIAS/GMC/LXVIII%20GMC%20ACTA%202-07/ACTA/GMC_2007_ACTA02_ES.pdf](http://www.mercosur.int/msweb/SM/Actas%20TEMPO%20RARIAS/GMC/LXVIII%20GMC%20ACTA%202-07/ACTA/GMC_2007_ACTA02_ES.pdf)>. Acesso em: 06 set. 2007.

MDIC. Paraguai confirma aumento da TEC para calçados tecidos e confecções. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/ascom/noticias/noticia.php?cd_noticia=7664>. Acesso em: 07 set. 2007.

Relatório CEPAL: a América Latina precisa de maior integração

Em agosto a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL) publicou relatório intitulado “Panorama da inserção internacional da América Latina e Caribe”. O documento avalia dados e acontecimentos até o primeiro semestre de 2007 e apresenta algumas tendências para o final do ano.

O objetivo do relatório é apresentar o novo cenário internacional, principalmente a partir do aumento da participação das economias asiáticas emergentes, e demonstrar como a América Latina e o Caribe inserem-se neste cenário. Além disso, o texto apresenta algumas propostas de ação para a região frente às novas tendências mundiais.

Ao analisar a posição da América Latina e do Caribe na atual conjuntura internacional frente ao crescimento das economias asiáticas, o relatório também avalia os avanços e perspectivas do processo de integração regional da Ásia e do Pacífico.

Integração regional

A CEPAL analisa o estado atual do processo de integração na região da América Latina e do Caribe, bem como as negociações bilaterais e plurilaterais com demais países que influem na evolução deste processo. O texto também analisa os principais marcos históricos nos processos de integração de cada sub-região (Mercosul, CAN, UNASUL, etc) e verifica que houve uma desaceleração nos últimos meses. A conclusão é pela necessidade de maior convergência e cooperação política e econômica na região para fazer frente às novas tendências mundiais.

Diante destas conclusões e das tendências de aprofundamento nos processos de integração na Ásia, o relatório ressalta a necessidade da região latino-americana e do Caribe estreitarem os vínculos comerciais e de investimentos com a região asiática. De acordo com o relatório, deve-se buscar o

fortalecimento da complementação produtiva com essa região, bem como de alianças comerciais e de investimentos de modo a ampliar o acesso a mercados e facilitar a incorporação da América Latina e do Caribe às cadeias asiáticas de produção e exportação. A CEPAL enxerga os países asiáticos como importantes parceiros ainda não alcançados pela região latino-americana.

Outros temas

O relatório compara as experiências no setor de comércio de serviços entre América Latina e Caribe e um grupo de países asiáticos. A crescente importância mundial do setor de serviços justifica a preocupação internacional com questões relacionadas, bem como uma análise de seu processo de liberalização no contexto dos acordos comerciais assinados na região.

Por fim, são relatadas as experiências de inovação e desenvolvimento exportador em economias emergentes, como Austrália, Finlândia, Malásia, Nova Zelândia, República da Coreia, Singapura e Suécia – países que têm dado maior importância à necessidade de inovação e que desejam competir com melhores condições que os demais na economia global.

Reportagem Equipe Pontes

Fonte consultada:

CEPAL. Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe. Disponível em <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/6/29526/Panin sal_Espanol_Final_2007.pdf>. Acesso em 07 set. 2007.

EVENTOS

Fóruns Multilaterais

OMC

Local: Genebra, Suíça.

Informações:

<http://www.wto.org/meets_public/meets_e.pdf>.

13 e 14 de setembro

Reunião do Comitê sobre Acordos regionais de Comércio

14 de setembro

Reunião do Grupo de Trabalho sobre Comércio, Dívidas e Finanças

17 e 19 de setembro
Reunião do Órgão de Revisão de Políticas Comerciais
– Panamá

17 de setembro
Reunião do Grupo de Trabalho sobre Regras do GATS
Reunião do Grupo de Trabalho sobre Regulamentação
Doméstica

18 de setembro
Reunião do Comitê sobre Compromissos Específicos

UNCTAD

Informações:
<<http://www.unctad.org/Templates/Calendar.asp?frmCategory=0&frmKeyword=&frmMonth=5&frmYear=2007&frmNoOfMonth=1&Action=Do+search&intlItemID=2068&lang=1&year=2004&month=10&day=1>>.

10 a 12 de setembro
Reunião do Grupo *Ad Hoc* de especialistas em
transferência de tecnologia e cooperação científica e
tecnológica
Local: Genebra, Suíça.

13 e 14 de setembro
Workshop sobre estratégias para setores de serviços
em desenvolvimento e negociações em serviços na
OMC
Local: Porto Louis, Ilhas Maurício.

17 a 19 de setembro
Fórum Intergovernamental sobre mineração, metais,
minerais e desenvolvimento sustentável 2007
Local: Genebra, Suíça.

20 e 21 de setembro
Reunião de especialistas sobre as implicações dos
serviços financeiros e do comércio de *commodities* no
comércio e desenvolvimento (Parte II)
Local: Genebra, Suíça.

21 de setembro
Treinamento sobre principais questões da agenda
econômica internacional: as dimensões
desenvolvimentistas dos direitos de propriedade
intelectual
Local: Genebra, Suíça.

24 e 25 de setembro
Reunião de especialistas sobre comparação de
melhores preços para a criação de um ambiente que
conduza à maximização de benefícios
desenvolvimentistas, ao crescimento econômico e a
investimentos em países em desenvolvimento e em

economias em transição
Local: Genebra, Suíça.

Fóruns Regionais

CEPAL

Informações:
<<http://www.eclac.org/noticias/calendarioactividades/>>.

13 de setembro
Segundo encontro sobre os objetivos do milênio e
tecnologias da informação e comunicação
Local: Santiago, Chile.

19 de setembro
Seminário Regional sobre Políticas Macroeconômicas
e Pobreza
Local: Lima, Peru.

Mercosul

Informações:
<<http://www.mercosur.int/msweb/portal%20intermediario/es/reuniao/redirecionada.htm>>.

11 a 13 de setembro
71ª Reunião Ordinária do Comitê de Cooperação
Técnica
Local: Montevidéu, Uruguai.

12 a 14 de setembro
Reunião Ordinária do Sub-Grupo de Trabalho n. 13
sobre Comércio Eletrônico
Reunião das Comissões Técnicas do Mercosul
Local: Montevidéu, Uruguai.

17 a 21 de setembro
Reunião Ordinária do Grupo *Ad Hoc* sobre o Código
Aduaneiro do Mercosul
Reunião do Comitê Técnico n. 01 sobre Tarifas e
Nomenclatura
Local: Montevidéu, Uruguai.

20 e 21 de setembro
49ª Reunião do Foro de Consulta e Política
Local: Montevidéu, Uruguai.

24 de setembro
9ª Reunião do Grupo *Ad Hoc* de Alto Nível para a
Reforma Institucional (GANRI)
49ª Reunião do Comitê Técnico n. 02 sobre Assuntos
Aduaneiros
Local: Montevidéu, Uruguai.

OCDE

Informações:

<http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en_2649_201185_32618737_1_1_1_1,00.html>.

20 de setembro

Encontro dos Ministros de Relações Exteriores do G-8

Local: Nova Iorque, EUA.

20 e 21 de setembro

Workshop sobre Inovação Ambiental e Mercados

Globais

Local: Berlim, Alemanha.

INFORMAÇÕES ÚTEIS

Estudo contesta caráter benigno de biocombustíveis

Foi publicado estudo na revista *Science* que demonstra que os bosques devastados para a produção de combustíveis naturais absorvem mais carbono que a quantidade economizada pelo etanol e biodiesel. O argumento coloca por terra a tese de que os biocombustíveis ajudam a reduzir a emissão de gases tóxicos. Para mais detalhes, acesse o link: <http://verticalfarm.com/pdf/Carbon_mitigation.pdf>.

Relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) analisa condições de trabalho juvenil na América Latina

Publicado em 4 de setembro de 2007, relatório da OIT intitulado *Trabajo Decente y Juventud – América Latina* pede que se aproveite o potencial de crescimento, desenvolvimento e luta contra a pobreza de 106 milhões de jovens na região. Para ter acesso ao relatório na íntegra, acesse: <www.oit.org.pe/tdj/informes/pdfs/tdj_informe_reg.pdf>.

Relatório da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) sugere nova geografia da inovação

De acordo com a edição de 2007 do Relatório sobre Patentes da OMPI, as solicitações de patentes cresceram numa média anual de 4.7% desde 1995. As maiores taxas de crescimento foram registradas na Coreia e na China. O conteúdo do relatório encontra-se disponível no link: <www.wipo.int/freepublications/en/patents/931/wipo_pu_b_931.pdf>.

Reunião preparatória para Conferência sobre aquecimento global

De 27 a 31 de agosto, Viena foi sede da IV Reunião do Grupo de Trabalho *Ad-hoc* sobre Compromissos Futuros, preparatória para a Conferência sobre aquecimento global da Organização das Nações Unidas (ONU), que será realizada em dezembro de 2007, na Indonésia. A reunião envolveu representantes do setor governamental, empresarial, acadêmico e do meio-ambiente, totalizando 1.000 participantes, e teve como objetivo formular compromissos mais estreitos das nações para a redução de emissões de gases poluentes que provocam o efeito estufa. Segundo o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, o ritmo acelerado da agenda justifica-se pela necessidade de que o acordo que sucederá o Protocolo de Quioto esteja pronto para ratificação três anos antes de 2012, data em que expira o Protocolo. O resultado dessa reunião pode ser acessado no link: <<http://unfccc.int/2860.php>>.

Primeira Conferência Técnica Internacional sobre os Recursos Zoogenéticos para a Alimentação e a Agricultura

De 3 a 7 de setembro de 2007 em Interlaken, Suíça ocorreu a Primeira Conferência Técnica Internacional sobre os Recursos Zoogenéticos para a Alimentação e a Agricultura. A Conferência de Interlaken marcou uma oportunidade histórica para a comunidade internacional de eleger as estratégias futuras vinculadas com o manejo dos recursos zoogenéticos, atingir acordos sobre como orientar melhor as prioridades para o uso sustentável, o desenvolvimento e a conservação dos recursos zoogenéticos, e, ao mesmo tempo, elevar a conscientização, e a apreciação, das partes interessadas e dos encarregados da formulação de políticas. Para mais informações, acesse: <www.fao.org/ag/againfo/programmes/es/genetics/angrvent2007.html>

Conferência Nacional de Bioenergia

De 26 a 28 de setembro de 2007, a Universidade de São Paulo será palco da Conferência Nacional de Bioenergia. O evento conta com uma ampla programação, que inclui painéis sobre políticas públicas voltadas para inovação, cenários mundiais do biodiesel e impactos ambientais dos biocombustíveis. A programação completa e informações sobre custos e inscrições podem ser acessadas no site oficial da Conferência: <www.usp.br/bioconfe/>.

Chamada para pesquisas sobre regionalismo na América do Sul

A *Red Latinoamericana de Política Comercial* (LATN), FLACSO Argentina e a Agência Suíça para o Desenvolvimento e a Cooperação convocam pesquisadores da América Latina para apresentarem

propostas de pesquisa sobre os determinantes domésticos do regionalismo na América do Sul. As propostas podem ser enviadas até 1 de outubro deste ano e aquelas selecionadas contarão com US\$ 4.500 para o desenvolvimento da pesquisa. O edital pode ser acessado em:

<www.latin.org.ar/pdfs/call%20for%20papers_2007.pdf>

Curso Brasil-China sobre mercado financeiro e sistemas bancários

O Portal NetComex, em parceria com a Câmara Brasil-China de Desenvolvimento Econômico, realiza, nos dias 3 e 4 de outubro, em São Paulo, o curso “Brasil e China: Mercados Financeiros e Sistemas Bancários”, em parceria com a Escola de Administração de Empresas de São Paulo da FGV (FGV-EAESP). O curso tem como público-alvo empresários que já possuem negócios com o mercado chinês ou que pretendem iniciar parcerias com este país, além de profissionais que buscam aperfeiçoar seus conhecimentos e que tenham interesse na área. Para acessar o programa do curso e obter maiores informações, acesse: <www.cbcde.org.br/home/view.asp?paCodigo=1132>.

Edições anteriores de **PONTES Quinzenal** podem ser acessadas em: http://www.ictsd.org/pont_quinze/archive.htm

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (DireitoGV).

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de **PONTES Quinzenal** podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para pontes@ictsd.ch.

A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.

